

JF 11 DEZ.

Jornal da FENPROF | Diretora: Anabela Sotaia
Subdiretores: Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa
Mensal | nº 322 | novembro 2025 | 0,50€

GREVE GERAL

2025

24
HORAS



**CONTRA
O PACOTE LABORAL**

NÃO AO RETROCESSO E À EXPLORAÇÃO

+SALÁRIO +DIREITOS +SERVIÇOS PÚBLICOS

editorial

A Greve Geral é também uma greve dos Professores

Francisco Gonçalves (Secretário-Geral da FENPROF)



A Greve Geral de 11 de dezembro é a resposta dos trabalhadores, de todos os trabalhadores, do trabalho mais braçal ao trabalho mais intelectual, do setor privado à administração pública, ao Pacote Laboral, ao denominado “Trabalho XXI”.

É importante afastar as cortinas de fumo lançadas e olhar para as alterações em concreto e para o impacto das mesmas na vida de cada um de nós. Para isso, o primeiro exercício a fazer é afastar a ideia de que: é moderno o Pacote laboral; a Greve Geral é motivada por interesses partidários; não se aplica aos professores.

O Pacote Laboral é moderno? Não, não é, nem no significado de moderno como progresso, nem no de moderno como novo. Na história dos direitos laborais, a palavra moderno tem um carácter progressista, de proteção da parte mais fraca, os trabalhadores. Facilitar despedimentos e limitar o exercício dos direitos laborais e sindicais não protege os trabalhadores. Quanto ao significado de moderno como novo, como algo que nunca existiu, o Trabalho XXI é, nem mais nem menos, o regresso ao Trabalho XIX.

A Greve Geral é motivada por interesses partidários? Este é o recurso usado pelos governos quando não há mais nenhum argumento a utilizar nem vontade de discutir as medidas em concreto. Se o Pacote Laboral é tão bom e apartidário porque não apresenta o governo a bondade de cada medida proposta e, já agora, porque não se ouve a outra parte, o patronato, a apresentar críticas e contrapropostas?

O Pacote Laboral não se aplica nem à Administração Pública nem aos professores. Será assim?

A facilitação do despedimento sem justa causa, podendo a entidade patronal fazê-lo alegando inadaptação do trabalhador, não estando obrigada à sua reintegração mesmo que o Tribunal dê razão ao trabalhador, não se aplica aos docentes do EPC?

O colocar em causa o direito a compensação por despedimento,

designadamente o direito à compensação por caducidade contratual não se aplica aos educadores, professores e investigadores?

A aplicação do banco de horas aos docentes não permitiria alargar os horários em período letivo e posterior desconto em período de interrupção letiva, particularmente num momento em que faltam professores e o recurso a horas extraordinárias é o que é?

Considerar “necessidade social impreterível”, e como tal sujeita à convocação de serviços mínimos obrigatórios, o “serviço de cuidado a crianças”, não significa o esvaziamento do efeito da greve na Educação, na continuidade do que já aconteceu com o serviço de exames e as reuniões de avaliação?

Nas mais de 100 medidas propostas não há uma que melhore o quadro legal atual. A ordem é a de alterar para pior: os contratos a termo; o contrato a termo de muita curta duração; o trabalho temporário; a revogação do regime de terceirização de serviços na sequência de despedimentos; o trabalho intermitente; a situação dos trabalhadores independentes em situação de dependência económica; a situação dos trabalhadores das plataformas digitais; o banco de horas; a isenção do horário de trabalho; o regime de faltas em antecipação ou prolongamento das férias; a possibilidade do pagamento do subsídio de natal e de férias em duodécimos; a facilitação da extinção de crédito através da renúncia do trabalhador a créditos laborais que lhe são devidos (remissão abdicativa); o regime dos despedimentos; o regime de parentalidade; as condições de aplicação de convenção coletiva; o princípio do tratamento mais favorável; a caducidade da convenção

coletiva; a modificação da convenção coletiva por motivo de crise empresarial; a liberdade sindical; o direito à greve; o processo contra-ordenacional.

O governo já assumiu que não chegando a acordo na concertação social avança para a Assembleia da República na primeira quinzena de dezembro, na certeza de que à sua direita encontrará o apoio que lhe faltou na concertação social. •

**UMA GRANDE
GREVE GERAL
É A RESPOSTA
QUE SE IMPOE,
PARA OS
PROFESSORES
TAMBÉM.**





Nos últimos anos, muitas vezes se encheu a Avenida da Liberdade com a indignação, o protesto e a luta. Que o digam os Professores... Transformada num oceano de combate e liberdade, palco de numerosas ações de cidadania, a conhecida artéria de Lisboa viveu no passado dia 8 de novembro mais um momento histórico. Foram mais de 100 000 os trabalhadores que, oriundos de todo o país, e a partir do Marquês de Pombal, encheram a Avenida da Liberdade, a uma só voz: a da rejeição ao pacote laboral e a da exigência de soluções para os problemas do país. Muito expressiva foi a mobilização de professores, educadores e investigadores, com a presença viva dos sindicatos da FENPROF, como o comprovam as nossas imagens e o álbum na página da Federação (www.fenprof.pt).

Mais de 100 000 trabalhadores na Marcha de 8 de novembro

Perante um ataque brutal, a resposta é a Greve Geral!

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

Sob o lema *“Todos a Lisboa”*, a manifestação convocada pela CGTP-IN teve início com duas pré-concentrações: os trabalhadores do setor público juntaram-se nas Amoreiras e os do setor privado no Saldanha, sendo que ambas desaguaram no Marquês de Pombal. Na manifestação, entoam-se palavras de ordem como “Não vamos desistir, o pacote é para cair!” e “O pacote laboral é encomenda do patrão, não tem nada que enganar, é para aumentar a exploração”.

Muitos panos e bandeiras de várias organizações sindicais deram cor ao imenso desfile, incluindo um longo pano da FENPROF com a inscrição “Professores, educadores e investigadores contra o pacote laboral”, junto ao qual se encontravam os secretários gerais e outros elementos do Secretariado Nacional da FENPROF e das direções dos seus Sindicatos.

Um outro pano exigia **6% do PIB para a Educação**, apelando ao investimento no setor, à valorização da profissão docente e à dignificação da educação. Outras mensagens desfilaram nesta combativa jornada sindical, destacando-se, entre outras matérias, a necessidade de cumprir o direito constitucional à educação, os problemas dos docentes do ensino superior, do ensino particular, cooperativo, das IPSS e Misericórdias, além dos aposentados.

“A Ciência é um bem público”, lia-se noutro pano.

“Greve Geral é, agora, a resposta que temos de dar”

Como refere a saudação dirigida pela CGTP-IN ao movimento sindical unitário e aos trabalhadores após a Marcha de 8 de novembro, “a disponibilidade para



Destques

Este pacote laboral é, também, um ataque direto à Escola Pública, à carreira docente e à dignificação do trabalho intelectual e científico. É um instrumento para submeter ainda mais os trabalhadores à lógica do lucro e para enfraquecer a força coletiva que tem sido o motor das conquistas laborais e sociais. Por isso, a luta dos professores é — e tem de continuar a ser — parte integrante da luta de todos os trabalhadores. Só com unidade, mobilização e determinação será possível travar o pacote laboral e defender o futuro do trabalho, da educação e dos serviços públicos.

“A distribuição da riqueza é de uma profunda injustiça no nosso país. 2 milhões de pessoas encontram-se em situação de pobreza, e 1 em cada 10 estão nesta situação, mesmo trabalhando. Não é por falta de dinheiro no País, é por falta de uma política diferente, que não olhe para os mesmos de sempre, mas sim para a maioria, os jovens, os reformados, os trabalhadores” (Tiago Oliveira, Secretário Geral da CGTP-IN)

A luta contra o pacote laboral que o governo PSD/CDS quer impor é uma luta de todos os trabalhadores — e é também uma urgência para os professores, educadores e investigadores. Nenhum trabalhador do setor público ficará imune às consequências de um pacote que pretende restringir direitos, fragilizar a contratação coletiva, facilitar o despedimento e aumentar a precariedade.” / FENPROF



a luta, a extraordinária mobilização e participação” naquela manifestação nacional e “o acolhimento e reconhecimento que é tempo de elevar o patamar” da luta, “com a realização de uma Greve Geral” apontam, sem equívocos, “a resposta que temos de dar perante a tentativa de assalto aos direitos promovida pelo capital”.

Na intervenção principal da Marcha, já nos Restauradores, o Secretário Geral da CGTP-IN tinha lembrado que “o Governo apresentou há umas semanas o OE para 2026. Primeiro é preciso dizer que a forma como a apresentação e a discussão do mesmo decorreu dá corpo a uma enorme mentira, um logro para todos nós.” Tiago Oliveira pormenorizou:

“Dizer que se aprova o OE se se retirar da discussão do mesmo matérias e questões como o SNS, a habitação, a legislação laboral, a política fiscal ou a Segurança social é estar a mentir aos trabalhadores. Não há OE que não tenha lá as verbas destinadas ao SNS. Está lá, está é de forma insuficiente e negativa.

“E depois não se discute legislação laboral no OE. Discute-se, isso sim, os salários e a valorização das condições dos trabalhadores da administração pública. Mas não é isso que acontece. O que há é a proposta de miséria para aumentos salariais e do subsídio de alimentação a aplicar, independentemente de ser aplicado em 2026 ou em 2027. Mas onde vivem estes senhores? Em que país vivem? Que realidade conhecem?”

Uma política de desgraça nacional

“Estão muito longe de conhecer a realidade”, observou Tiago Oliveira. “A realidade é muito mais que uma folha de papel, uma estatística numa folha ou num computador. A realidade é aquela que todos os dias a maioria de nós vive.

A realidade é o desmantelamento do SNS. As notícias que todos os dias nos chegam de urgências fechadas, de serviços que não respondem, de mães que cada vez mais têm os filhos nas mais difíceis condições e situações. Profissionais desvalorizados, meios em falta, desinvestimento. Desinvestimento que prossegue neste Orçamento de Estado tal como o empurrar de milhares de milhões de euros do SNS para os grupos privados para garantir negócio”.

“Esta”, afirmou Tiago Oliveira, “é uma política de desgraça nacional”, acrescentando: “E não é só a ministra a culpada. É o governo, porque as linhas estão traçadas. A executante executa, mas o programa é deste governo. Um governo que está ao serviço do capital. Na Educação a situação repete-se. Falta de professores, de auxiliares, alunos sem aulas... são milhares de professores em falta. Na Justiça a mesma coisa, 1500 trabalhadores em falta nos tribunais. E veio o governo dizer que temos trabalhadores a mais na Função Pública e que não se irão admitir mais trabalhadores. É que uma mentira dita muitas vezes não se torna verdade, mas, apenas isso: uma mentira dita muitas vezes. Não é uma questão de dinheiro. É uma questão de opção política”, concluiu. •



Os Docentes na Greve Geral

Cada professor em greve será uma voz que se ergue em defesa da Escola Pública

Entrevista a José Feliciano Costa (Secretário-Geral da FENPROF)

“O governo pretende redefinir o papel do Ministério da Educação, transformando-o num simples regulador, sem poder de decisão sobre o funcionamento das escolas públicas. Esta mudança, apresentada como uma “reforma do Estado”, representa, na verdade, uma reconfiguração profunda e perigosa do sistema educativo português, com consequências devastadoras” – foi com esta declaração que José Feliciano Costa, um dos secretários-gerais da FENPROF e presidente do SPGL, começou a entrevista ao JF.

JF - As mudanças introduzidas na orgânica do MECI com a “delegação de competências” noutra entidade que não depende, sequer, da gestão direta do Estado, a que corresponde, a teu ver?

José Feliciano Costa - É um ataque direto à Escola Pública com o objetivo da sua falência progressiva e, claro, visa o favorecimento dos grandes grupos privados da área da Educação. Estamos em presença de um plano ideológico que ataca o serviço público que se traduz, na educação, por uma agenda ideológica e economicista que visa transferir recursos públicos para o setor privado, enfraquecendo deliberadamente a Escola Pública e, com isso, limitar fortemente o direito de todos à Educação.

JF - Parece ser uma política que persegue mais objetivos economicistas desenvolvidos segundo uma lógica neoliberal, do que um interesse na melhoria do serviço público de educação e ensino. Como na saúde... É assim?

JFC – Isso é muito claro! As experiências internacionais onde isto foi aplicado mostram o resultado destas políticas: pior desempenho escolar, segregação social e aumento das desigualdades. É um modelo que empobrece a Educação, desvaloriza os professores e compromete o futuro das próximas gerações. O Decreto-Lei n.º 99/2025, de 28 de agosto, que cria a Agência para a Gestão do Sistema Educativo, I.P. (AGSE), é a primeira peça deste plano, desta engrenagem.

JF - O que é afinal esta super-estrutura?

JFC - Esta agência concentra poderes amplos

sobre recrutamento, mobilidade, condições de trabalho e gestão de carreiras, retirando competências ao Ministério da Educação e Ciência (MECI) e esvaziando o controlo democrático sobre a política educativa. Trata-se de uma estrutura que colide com a Constituição e com a Lei de Bases do Sistema Educativo, violando princípios fundamentais do Estado de Direito.

JF - A FENPROF tem dito que sendo esta uma estratégia do governo PSD/CDS, segue um plano que tem diferentes formas de ser concretizado. Podes esclarecer de que forma?

JFC - A Proposta de Orçamento do Estado para 2026 confirma a mesma lógica: tratar a Escola Pública como uma despesa menor, e não como o investimento essencial ao desenvolvimento e à coesão social. Ao mesmo tempo, o governo procura alterar a legislação laboral, fragilizando direitos conquistados e abrindo caminho à precarização e desregulação das carreiras docentes...

JF - Ou seja, pretende ter o campo aberto para ir por diante com a menor oposição possível?

JFC – Evidentemente! E é por tudo isto, que a Greve Geral de 11 de dezembro é um momento decisivo. Esta greve é muito mais do que um protesto. É uma resposta firme e determinada de todos os trabalhadores e, em especial, dos professores, perante o ataque à Escola Pública, à profissão docente e ao próprio Estado Social. Participar nesta greve é: Defender a Escola Pública como pilar da igualdade e da democracia; Lutar pela dignidade da profissão docente e pela estabilidade das carreiras; Rejeitar a privatização e mercantilização da educação; Exigir respeito pelos direitos laborais e pelas condições de trabalho; Afirmar que a educação é um direito, não um negócio.

JF - E em que é que esta Greve Geral deve implicar os Docentes e os Investigadores?

JFC – O nosso papel é decisivo, sem a força e a unidade dos docentes e dos

investigadores portugueses, este plano avançará sem resistência. É por isso que é essencial uma adesão massiva à greve geral de 11 de dezembro. Cada professor ausente será um passo atrás; cada professor em greve será uma voz a erguer-se pela Escola Pública, pela democracia e pelo futuro do país. Os investigadores e o setor da ciência, também ele, tem razões de sobra para se envolver, pois esta tentativa de alteração da legislação laboral afetará, e de que maneira, a já enorme precariedade existente no setor e a profunda instabilidade que o afeta.

A fechar esta entrevista, o secretário-geral da FENPROF pôs especial ênfase na importância crucial da defesa da Escola Pública, bem como o compromisso que todos, com ela, devemos ter, lançando o repto: **“A tentativa de transformar a Educação num mercado e o Professor num prestador de serviços contraria tudo aquilo que justifica a nossa profissão. Defender a Escola Pública é defender o coração da democracia** – é garantir que cada criança, independentemente da sua origem, tem acesso às mesmas oportunidades de aprender, crescer e sonhar”.

“**Nesta Greve, a ausência de uns compromete o esforço de todos. É tempo de agir em conjunto, de lado a lado, pela dignidade profissional e pelo direito das novas gerações a uma educação pública de qualidade”.**

Ensino privado lucrativo e solidário

Greve Geral, por todos! Por nós!

“Esta proposta de alteração à legislação muda radicalmente o equilíbrio entre quem trabalha e quem emprega — e isso pode ter consequências sérias para todos nós” – Anabela Sotaia



Anabela Sotaia é presidente do Conselho Nacional da FENPROF e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. A nível regional, assume responsabilidades de coordenação do SPRC e trabalha diretamente no apoio ao departamento do ensino particular e cooperativo, artístico especializado e profissional. O JF falou com a dirigente sindical sobre o pacote laboral do governo e os riscos da sua aprovação para os docentes do setor privado.

Anabela Sotaia considera que “esta proposta de alteração à legislação muda radicalmente o equilíbrio entre quem trabalha e quem emprega — e isso pode ter consequências sérias para todos nós”.

Jornal da FENPROF – Em termos gerais, como caracterizarias as mudanças que o governo pretende introduzir?

Anabela Sotaia – Contêm medidas que pretendem enfraquecer os sindicatos, reduzir a proteção dos trabalhadores e entregar mais poder às entidades patronais. No ensino privado, por exemplo, isso significa agravar, ainda mais a precariedade já existente: contratos frágeis, instabilidade constante e a possibilidade de despedimentos sem justa causa — bastando alegar uma simples “inadaptação”.

JF – São, então, os empresários quem mais beneficia?

AS – O poder passará a estar quase todo do lado dos empregadores. Poderão impor horários irregulares e bancos de horas sem compensações justas — comprometendo a vida pessoal e familiar de quem ensina. Em caso de processo disciplinar, o professor poderá ficar praticamente sem defesa. Mesmo quando um despedimento for

considerado ilegal, a entidade patronal poderá requerer judicialmente a exclusão da reintegração do docente, mediante a fundamentação de determinados factos e circunstâncias impeditivas...

JF – Mas isso até parece que os trabalhadores ficam sem qualquer proteção...

AS – É que é isso mesmo! Até a Autoridade para as Condições do Trabalho deixará de poder agir por iniciativa própria — só intervindo se o professor apresentar queixa

formal, num contexto onde o medo e a pressão são reais.

JF – Lendo a proposta do governo, parece evidente que existe um objetivo claro de enfraquecer a atividade sindical. É assim?

AS – Esse é um dos problemas que mais enfraquece a proteção aos trabalhadores. Ao mesmo tempo que enfraquece a ação coletiva, limita o direito à greve e permite que as entidades patronais escolham a convenção coletiva que mais lhes convém.



JF – Explica melhor esse aspeto, pois parece ser muito importante, mesmo num contexto de grandes e graves ataques aos direitos gerais dos trabalhadores.

AS – A efetivarem-se estas mudanças pretendidas pelo governo PSD/CDS, o ataque aos direitos profissionais será tremendo, pois retiram aos trabalhadores os direitos que decorrem, hoje, das conquistas obtidas através da sua ação, consagrados nos contratos coletivos de trabalho ou em acordos de empresa. É o fim da negociação com equilíbrio — e o reforço do poder unilateral dos empregadores.

JF – Isso até parece uma tentativa de legitimar o que hoje é ilegal...

AS – É verdade! No nosso caso, com os professores e educadores que trabalham no ensino privado, muitas destas situações e práticas abusivas já existem — e agora querem legalizá-las e torná-las regra. O Governo quer normalizar a exceção e transformar a precariedade em regra. Não podemos aceitar! Porque quem trabalha e ensina merece respeito, estabilidade e direitos!

Anabela Sotaia enfatizou que, “depois de termos tido uma forte presença nas ruas de Lisboa, no dia 8 de novembro”, na Marcha Nacional contra este pacote laboral, “é fundamental que todos nos mobilizemos para fazer, no dia 11 de dezembro, uma grande Greve Geral. Em defesa dos professores, e em defesa de todos os trabalhadores”. •



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF



Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretora: Anabela Sotaia | Subdiretores: Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: Fernando Vicente (SPRA), Jackeline Vieira (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Guerra (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Rogério Ribeiro (SPN); Nélia Vitorino (FENPROF), Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jpgo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo Fotos: Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 50.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O maior ataque aos direitos laborais

Classificação das consequências do pacote laboral “**Trabalho XXI**”, em três planos distintos — **económico, social e político**:

1. Questões de ordem económica e profissional

Aumento da precariedade:

- A instabilidade e a precariedade no emprego passam a ser a regra, através da possibilidade de perpetuar contratos a prazo - a integração na carreira fica para um amanhã que nunca virá. Nas instituições de ensino superior e científicas, tal traduzir-se-ia na manutenção de vínculos precários de docentes convidados, investigadores contratados a termo e bolseiros, contrariando os objetivos de integração e estabilidade das carreiras docente e de investigação.
- É facilitado o despedimento sem justa causa, podendo o empregador fazê-lo sem qualquer sustentação na realidade – inclusive, alegando inadaptação do trabalhador.
- Reforçam-se os poderes dos diretores na gestão, abrindo a possibilidade da contratação direta e local dos docentes.
- É posto em causa o direito a compensações por despedimento, designadamente o direito à compensação por caducidade contratual.

Reforço do modelo de baixos salários:

- Perpetua-se um sistema assente na desvalorização do trabalho, limitando a mobilidade social e agravando a pobreza laboral.

- Alargam-se a aplicação e os efeitos dos contratos individuais de trabalho, inclusive abrindo a porta a pagamentos salariais diferenciados dentro da mesma categoria profissional ou nas mesmas condições de tempo de serviço, passando a ser até possível que o trabalhador renuncie “voluntariamente” a direitos como pagamentos, férias, indemnizações, por exemplo, como forma de garantir o emprego...

Maior dependência dos trabalhadores:

- O desequilíbrio de poder favorece a entidade patronal, reduzindo a capacidade de negociação individual, legalizando os abusos na imposição de horários desumanos e bancos de horas que podem ser utilizados para suprir necessidades de alargamento do horário de trabalho, sem acréscimos remuneratórios.
- Em caso de processo disciplinar, pode haver dispensa da fase de instrução o que impossibilita o trabalhador de apresentar a sua defesa numa situação de despedimento. Por outro lado, o empregador pode impedir a reintegração do trabalhador, mesmo num despedimento ilícito.
- Paralelamente, a ACT deixa de poder intervir independentemente da denúncia do trabalhador.

2. Questões sociais

Quebra na qualidade de vida:

Dificuldade em conciliar trabalho com vida pessoal e familiar, o que afetaria o bem-estar emocional, mental e social.

Risco de exclusão social:

A precariedade e os baixos rendimentos fragilizariam a coesão social, levando ao aumento das desigualdades e gerando conflitualidade e violência.

Insegurança generalizada:

Trabalhadores viveriam sob constante instabilidade, o que comprometeria projetos de vida (habitação, família, educação).

3. Questões Políticas

Enfraquecimento da ação coletiva:

A aplicação de uma convenção coletiva decidida pelo empregador, a limitação da ação sindical e do direito à greve, incluindo a aplicação de serviços mínimos na área da educação, reduziriam a capacidade de os trabalhadores se organizarem e ganharem poder negocial na luta pela consagração das suas expectativas profissionais e pelos seus objetivos reivindicativos.

Redução da democracia no trabalho:

A concentração de poder na entidade patronal (o governo tem no seu programa a alteração do estatuto do Diretor, profissionalizando-o) criaria relações laborais mais autoritárias e desiguais, enfraquecendo, no caso do ensino público, a expectativa legítima de democratização da gestão nas escolas e agrupamentos de escolas.

Retrocesso civilizacional:

Este seria um modelo de regulação do trabalho que, em vez de promover o desenvolvimento social, aproximaria as relações laborais de lógicas do século XIX, onde a exploração prevalecia sobre os direitos.

Em síntese: **as consequências sociais, económicas e políticas seriam regressivas**, marcadas pelo agravamento da precariedade, pelo aumento da desigualdade e pela redução da democracia no trabalho, e violariam a obrigação constitucional de “melhoria sistemática das condições de vida e trabalho”. Mas a violação da Constituição da República poderá mesmo ser deliberada, para tentar apresentar depois a revisão da mesma como algo urgente e até inevitável.



O que se quer fazer é um ajuste de contas com os direitos dos trabalhadores e o 25 de Abril.

É esta reforma regressiva/agressiva que teremos de combater e derrotar!